

Problemas do Nordeste

Josaphat Marinho

Senadores representantes de todos os estados do Nordeste e de diferentes partidos têm discutido os problemas da região. O objetivo é encontrar caminhos geralmente aceitos para soluções ordenadas, com prioridades definidas e indicados os meios próprios para obtenção dos fins previstos. Em outras oportunidades, dentro e fora do Parlamento, iniciativas semelhantes foram adotadas. A criação da Sudene, em 1959, foi um momento de amplas esperanças, pela presença de um órgão apto a definir, coordenar e executar projetos do interesse de toda a região. Em verdade, essa agência de planejamento, incentivo e trabalho tem experimentado fases diversas de atividade, umas de maior e outras de menor eficiência. Seria injusto negar os benefícios que produziu para a região. Os erros e desvios apurados no seu funcionamento não lhe devem ser atribuídos com exclusividade. Originaram-se, grandemente, de procedimentos políticos e administrativos gerais.

Certo é que, mesmo com a Sudene, não se estabeleceram nem se executaram planos adequados ou duradouros. Deficiência de recursos financeiros, ou má aplicação dos disponíveis, e outros fatores concorreram para a impropriedade de muitas soluções. Não foram reduzidas as necessidades de vários estados, cujas populações permanecem, em maior ou menor escala, em condições de vida incompatíveis com a existência digna. Não se superou o desequilíbrio dentro da região, nem em comparação com outras regiões. As indústrias e as culturas desenvolvidas não têm o amparo necessário. Na Bahia, reclamam assistência, sobretudo de crédito adequado, os produtores de soja, também



preocupados com a industrialização. Faz pouco, os interessados na cultura do algodão reuniram-se, com o prestígio da Comissão de Agricultura e Política Rural, da Assembleia Legislativa, propondo medidas indicadas à recuperação dessa atividade econômica, que sofre abalos desalentadores. A lavoura de café está em declínio. E outras.

Estudos diversos refletem o quadro de atraso, de dificuldades ou de tantos espaços e grupos sociais e profissionais da região. Livro recente, *O Nordeste e a Nova Realidade Econômica*, editado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado, encerra dados e observações valiosos sobre as deficiências na região de 45 milhões de habitantes. Nesse livro, o senador Beni Veras vê o "país fraturado", como na velha imagem dos "dois brasis", que precisa ser apagada. Como ele diz, "não podemos continuar olhando o Brasil de uma forma desagregada". Isso equivale à correção das desigualdades regionais e sociais, ou seja, à

conquista da real unidade nacional. Colaborador na obra coletiva referida, o senador Waldeck Ornelas pôde também prestar singular contribuição a seus pares, na análise dos problemas gerais da região. Dele é o bem elaborado esboço de documento em estudo e a ser levado ao governo da República. Esse documento sintetiza o complexo das questões e sugere soluções, para a agricultura, a indústria, e a respeito de todos os serviços geradores de transformação, como para o devido financiamento de tais atividades. Não é próprio pormenorizar aqui as medidas propostas, e ainda em discussão.

Apoiando-as nas suas linhas gerais, ponderamos o que nos pareceu cabível, como vai resumido. Providências destinadas a proporcionar o desenvolvimento equilibrado da região somente serão eficazes e duradouras se traduzidas num plano plurianual, de preferência convertido em lei federal. O planejamento válido exclui programas e ações de caráter isolado. Assim, o Pacto do Nordeste, de iniciativa da Sudene, noticiado pela imprensa, e os estudos e trabalhos "para a bacia e o vale do São Francisco", constantes da Resolução nº 1, do Conselho de Governo, e idéias semelhantes, deverão enquadrar-se no plano geral. A notória limitação de recursos financeiros desaconselha a multiplicação de programas e órgãos distintos. Enfim: o plano regional plurianual deve ser expressão dos interesses e necessidades das populações do Nordeste, nos seus aspectos fundamentais e nos específicos de cada estado, sem preponderância descabida. O espírito de unidade é essencial para a elevação do Nordeste, dentro do desenvolvimento ordenado do Brasil.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia